

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

## DESAFIOS PARA A (RE)LEITURA DO TERRITÓRIO

*Arlete Moysés Rodrigues*

*Boletim Gaúcho de Geografia, 20: 56-59, dez., 1995.*

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38175/24558>

---

Publicado por

## Associação dos Geógrafos Brasileiros

---



## Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

### Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - dez., 1995

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

## DESAFIOS PARA A (RE)LEITURA DO TERRITÓRIO

Arlete Moysés Rodrigues \*

Um dos pressupostos desta minha fala é provocar o debate para que nós, geógrafos, façamos uma (re)leitura do território. Sem esta releitura não consigo pensar em construção da cidadania, seja a dos geógrafos, seja a da maioria dos brasileiros. Uma (re)leitura que ultrapasse a longa trajetória da chamada geografia tradicional e da crítica, contando inclusive com o instrumental de análise proposto por esta. O ultrapassar está relacionado não ao método, mas ao fato de que há um (re)dimensionamento do território que é preciso compreender se achamos necessário conquistar a cidadania e intervir na produção territorial.

Um outro pressuposto, é que entendo que a ciência e os cientistas devem estar a serviço da maioria da população. Que possam contribuir para a compreensão de que, apesar dos avanços científicos e da chamada capacidade empresarial das grandes corporações (o empresariado, ou como dizem alguns, a iniciativa privada), a fome – e a miséria – não cessam de aumentar. Aliás esta proposição não é nova, mas penso ser necessário reafirmá-la.

O documento brasileiro para a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social deu alguns exemplos da situação de pobreza e de miséria no país, onde explicita-se que: *São pobres: 41,9 milhões que correspondem a 26,8 da população, dos quais 11,6 milhões são indigentes. Em 1990 o 1% mais rico da população ficava com 13,9 da renda gerada no país, enquanto os 50% mais pobres ficavam com 21,1% da renda. Nesse contexto, o salário mínimo do Brasil é um dos piores do mundo, em 1992 correspondia a 26,07% do seu valor real, considerado o ano base de 1940, como 100. Evidentemente, a distribuição da pobreza não é igual em todo o território, pois enquanto a mortalidade infantil no Sul é de 26,7%, no nordeste é de 88,2% – índice superior ao do Haiti.*

Nosso desafio é buscar compreender as causas, a estrutura e conjuntura da distribuição sócio espacial da produção. O que não é tarefa fácil. Contudo, pensamos que é necessária para contribuir com formas de conquista da cidadania no território brasileiro que implicam possibilidades de transformações – queremos afirmar que não se trata apenas de mudança, mas de transformações sociais profundas. Mudar pode significar apenas deslocar-se ou, como disse Lampedusa, em célebre romance: *É preciso que tudo mude para que tudo fique no mesmo lugar.*

Entendemos que todas as contribuições que permitam compreender as formas de organização do território brasileiro são importantes, seja em sala de aula, seja em grupos que discutam formas de atuação política, ou na academia, quando a pesquisa contribui para desvendar as formas territoriais que atingem global e cotidianamente o poder e sua relação com a cidadania que precisa ser construída.

Utilizamos a noção de território de Bertha Becker, que, retrabalhando as idéias de Claude Raffestin, enfatiza que quando as relações de poder se focalizam no espaço, o território volta a ser importante, não apenas como um espaço próprio do Estado-Nação, mas, sim, de diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa.

Assim, diz Bertha:

O território é um produto 'produzido' pela prática social, e também um produto 'consumido' vivido e utilizado como meio, sustentando a prática social. O processo de ocupação do

território é determinado pela infra-estrutura econômica, mas regulado pelo jogo político (...). A territorialidade é pois um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus habitantes; é uma relação com o espaço, considerando os demais atores. A territorialidade é o *consumo* do território, é a *face vivida do poder* (BECKER, BERTHA; 1983, grifos no original).

Podemos, nesse sentido, compreender o território em sua imbricação com a cidadania em todas as escalas de análise, seja a do local, seja a do universal, representando relações de apropriação e produção de espaços territoriais.

Na *(re)leitura do território*, é preciso considerar que o território é apropriado privadamente, seja pelo Estado-Nação, seja pelos indivíduos, seja pelas corporações nacionais e/ou internacionais. Temos que sempre levar em conta que este espaço/território é mercadoria, vendida e comprada no mercado – como terra, como espaço fracionado pela propriedade –, e/ou vendido como símbolo, não como fração de território mas como *consumo* do território. Por exemplo, viver no paraíso tropical por alguns dias, no Pantanal, na Amazônia etc, ou morar em lugares sem poluição, em segurança – em condomínios fechados, etc. É também *apropriado* pelos Estados Nações desde os limites territoriais, ou os ares demarcados como fronteiras e águas territoriais, até o fracionamento da Antártida entre as nações são exemplos.

Em síntese, é preciso compreender que territórios representam espaços/paisagens, lugares com fronteiras demarcadas, seja a do animal, seja a do rural urbano, seja a do Estado-Nação ou da propriedade individual e hoje até das gangues e dos grupos criminosos.

Qual é, na dimensão e características atuais do Estado-Nação, a importância da *(re)leitura do território*? A pergunta é: o Estado deste findar de século tem as mesmas características do Estado Moderno? A *onda* ou o pensamento hegemônico *neoliberal* parece *(re)definir* o desenho do Estado-Nação e do conjunto destes Estados na dimensão unipolar do Mundo Capitalista. Mas, como compreender este *(re)desenho*?

Enquanto Octavio Ianni (1992) afirma que com a globalização o Estado-Nação moderno desapareceu, Paul Singer afirma que a internacionalização não afeta o Estado nacional, podendo ser pautada e monitorada por todos os governos envolvidos (1994). Diz ainda que o que ameaça o Estado nacional é a gradativa perda de controle sobre a produção nacional e sobre a riqueza financeira, que é um conjunto de direitos de apropriação sobre parcelas da produção nacional flutuante. Referenda que a democracia não pode prescindir do Estado-Nação, mas os neoliberais pleiteiam o afastamento do Estado de todas as atividades produtivas ou dos equipamentos e meios de consumo coletivo.

Pensamos que para compreender é preciso pensar em mudanças de significações sobre o espaço/território. Sobre os ideários presentes no período atual carregado de significações ocultas. Iremos nos deter num exemplo: o da Lei das Patentes.

Todos temos visto, pelo menos através dos jornais, o debate sobre a aprovação da Lei das Patentes, e o empenho dos Estados Unidos para a aprovação da lei que está tramitando no Congresso Federal (Câmara e Senado). Uma patente concede o privilégio para a ocupação de um mercado. Quem mais obtém patentes são empresas e nações que mais pesquisam. Ora, quem mais pesquisa são os países mais ricos e que já controlam as maiores parcelas do mercado.

Qual é a ênfase na atualidade: permissão para que empresas estrangeiras, pesquisadores estrangeiros, registrem como sua patente as *descobertas* sobre espécies animais, vegetais, minerais. Trata-se de *formas* de mercantilizar o que poderíamos denominar de *sabedoria milenar*. O que parece valer é quem *registra* e não quem utiliza o processo.

Como diz Rogério Cezar de Cerqueira Leite:

(...) a patente não estaria vinculada à produção e accitaria como suficiente a importação do produto resultante do país de origem da patente. Ou seja, a patente seria usada para estabelecer um monopólio para uma empresa cujo único vínculo com o Brasil, se tanto, foi ter contratado um advogado de patente para registrar um papel no cartório adequada (FSP; 4/95).

Porque o governo dos Estados Unidos está tão interessado na defesa de suas empresas ou de suas

unidades de pesquisa. Trata-se da preocupação de um Estado-Nação com a aprovação de leis que garantam o registro de produtos que estão *produzidos* ou localizados em determinados territórios. Assim, pensamos que há, em que pese fazer parte da divisão territorial do trabalho, diferenças fundamentais entre as formas de apropriação do território de um passado recente e na questão atual com o redesenho do estado-território-nação.

No período colonial, alguns Estados-Nações se apropriavam de espaços, dominando política, econômica e territorialmente determinados territórios, na lógica de *espaço é poder*, portanto, quanto mais territórios possuía um Estado-Nação maior era seu poder. Posteriormente, no período de industrialização, na dominação pela produção de mercadorias industriais versus a exploração de matérias primas e produtos manufaturados, o que contava é o espaço/território como lugar da produção e o que contava era o que podia ser contabilizado em cada território.

Tratava-se, neste período, do que se convencionou chamar de *Intercâmbio Economicamente Desigual* ao qual devemos acrescentar o *Intercâmbio Ecologicamente Desigual*. Na verdade, o termo correto seria *Intercâmbio Ecologicamente e Economicamente Desigual*. Desigual porque exportaram mercadorias que dilapidaram a natureza de alguns países e regiões e isto não foi contabilizado, nem quando se considerou a diferença de exploração da força de trabalho entre os países e nem quando se analisou o preço diferencial entre as mercadorias industrializadas e as não industrializadas. Exemplos: o guano, no Peru, o pau-brasil, o ouro e as pedras preciosas, o petróleo etc, além dos produtos primários que retiraram do solo os nutrientes em sua maioria, esgotando-os.

Evidentemente, este processo de produção do espaço e demarcação dos territórios se intensifica com a expansão e predominância do capital financeiro e a implantação da indústrias nos chamados países de industrialização recente. A relação espacial/territorial passa a ser mediada pelo capital financeiro e atualmente mais intensamente pela tecnologia. Podemos dizer que é o que caracteriza o momento atual, mas que está passando rapidamente por uma redefinição.

Por que a maioria dos geógrafos não analisou ou não percebeu estas e outras questões? Estávamos num processo de considerar como a questão mais importante o tempo. Separamos o tempo do espaço e, mais do que isso, separamos, na análise, a sociedade da natureza. Separamos a Geografia Física da Humana e deixamos de compreender que tempo/espaço da natureza são dimensões diferentes do tempo/espaço da sociedade organizada.

Estávamos, enquanto geógrafos que se propõem a analisar o espaço, capturados pela metáfora temporal, esquecendo o espaço. É importante destacar que para todos os ramos da ciência predomina no período moderno a metáfora temporal. E além disso, as ciências da sociedade se desenvolvem baseadas nas premissas nas ciências da natureza, sem compreender evidentemente as questões mais importantes de imbricação entre natureza e sociedade (RODRIGUES, A. M.; 1994).

E aqui, para continuar a provocação, citamos Michel Serres que diz:

O homem político mais freqüente conhece as ciências sociais. Acontece que a maioria dos problemas atuais são relacionados com as ciências exatas. Por exemplo, os problemas do meio ambiente são produzidas por técnicas industriais derivadas das ciências físicas e químicas. Já que uma grande parte dos dramas da modernidade depende das ciências exatas é preciso que o dirigente as conheça (SERRES, M. 1991).

Atevemo-nos a ir além da proposta de Michel Serres, pois penso que é preciso analisar corretamente a produção do espaço. E que para essa compreensão temos que analisar as formas de inter-relação da sociedade com a natureza, onde tanto as questões das ciências da natureza como as da ciência da sociedade sejam paradigmas em eterna transformação.

Retomando a questão da Lei das Patentes. Parece-nos que há uma nova dimensão da territorialidade e da definição da cidadania. É possível que um Estado-Nação seja o portador do direito de explorar o conhecimento milenar ou as formas pelas quais a natureza diversificou-se, ou seja, a problemática da biodiversidade? Será diferente esta forma de apropriação do passado quando havia uma exploração direta da natureza e do território do Estado-Nação?

Nesse momento, está mediada por outras formas de domínio territorial. Cabe-nos uma árdua tarefa: desvendar e compreender este processo. A lei das patentes não é apenas uma questão de mercado como tem sido debatida, não é também apenas o pensar no *bem comum* para o futuro, pois estes países

do chamado primeiro mundo têm *bancos genéticos* que permitem guardar para a posteridade o conhecimento da biodiversidade, mas trata-se de um novo redesenho do território, dos espaços nações e da cidadania, que é preciso retomar através de releitura do território.

Esta releitura do território está imbricada com o fato de que precisamos retomar a *metáfora espacial*. Metáfora espacial que retoma sua importância com a problemática ambiental.<sup>1</sup> A metáfora espacial é (re)colocada pela problemática ambiental, pois relaciona a natureza (ou se preferirmos o meio ambiente) à ação da sociedade.

O estudo do meio ambiente teve uma primeira fase que poderíamos considerar de aparente neutralidade. Imaginava-se que, com o *tempo*, todos os problemas se resolveriam. Há uma sacralização da ciência e uma crença no desenvolvimento econômico, social, individual e coletivo. Posteriormente, numa segunda fase, consideramos que danos profundos no meio ambiente eram apenas localizados. E aí passamos para a atuação em algumas localidades, em análises de impactos ambientais e em propostas de soluções restritas espacialmente. Continua a predominância da metáfora. Com o tempo... e com o desenvolvimento científico, tudo poderia resolver-se. Novas técnicas...

Hoje, a ação da sociedade produz danos profundos e muitas vezes irreversíveis na biosfera, na esfera da vida. Os exemplos são inúmeros, podemos citar a destruição da camada de ozônio, o efeito-estufa, a chuva ácida etc. E assim, não podemos ser como a Carolina – da música de Chico Buarque de Holanda – que não viu o *tempo* passar na janela. Precisamos ver o espaço – e fazer sua releitura – antes que tudo mude para que tudo permaneça como está.

E aqui fica o desafio: fazer uma Releitura do Território implica (re)tomar a *metáfora espacial*, sem contudo fetichizá-la. Significa compreender o que envolve estas alterações ou redesenhos dos Estados-Nações e das diferentes confederações (ONU, GATTI, União Européia, MERCOSUL etc.). Assim, a globalização da economia que implica desterritorialização dos indivíduos, implica redesenho das formas de apropriação e produção do espaço, (re)definindo o poder de espaços territórios e construindo uma reterritorialização.

Não temos certeza das formas de realizar esta (re)leitura do espaço/território. A única é que, enquanto geógrafos, temos condições, compreendendo as diferentes formas de organização territorial, de contribuir para a construção da cidadania.

<sup>1</sup> Analisamos com maior detalhamento a questão das metáforas temporais e espaciais em artigo no *Boletim Paulista de Geografia* nº 73/1994, p. 35 a 71.

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/Depto. Geografia, 1983

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. São Paulo: Edt. Civilização Brasileira, 1992

LEITE, Rogério Cezar de Cerqueira. Patentes, pirataria e indústria farmacêutica. *Folha de S. Paulo*, abril de 1995

RODRIGUES, Arlete Moysés. A questão ambiental e a redescoberta do espaço: uma nova relação Sociedade/Natureza? *Boletim Paulista de Geografia* nº 73. São Paulo: AGB-SP, 1994

SERRES, Michel. *O contrato natural*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1991

SINGER, Paul. O Estado nacional é um imperativo democrático. *Folha de S. Paulo*, 29/3/95

\* Professora no Departamento de Sociologia da UNICAMP/SP.